

“Nossos passos vêm de longe”: Percursos feministas de negras e lésbicas¹

Sulamita Jesus de Assunção²

Resumo: Apresento de forma não tão linear, mas articulada com o campo de pesquisa, as formas organizativas das mulheres negras e lésbicas no passado e sua perspectiva de atualização no presente. Proponho, por meio de relatos do campo e referenciais teóricos, compreensões e disputas a partir da interseccionalidade, um termo que atravessa essa discussão e que permite tratar dos diferentes resultados da articulação dos marcadores sociais de gênero, classe, raça e sexualidade, para desconstruir a categoria de uma mulher universal. Observo que as ações empreendidas pelas mulheres, ampliam as possibilidades identitárias e oferecem caminhos possíveis de rompimento com a discriminação, estigma e submissão que foram atribuídos pela colonialidade.

Palavras-chave: lésbicas, negras, interseccionalidade, opressão, marcadores sociais.

¹ Utilizo para nomear esse tópico parte do título do artigo da Jurema Werneck - *Nossos passos vêm de longe!* Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo, publicado em 2010 pela revista da ABPN.

² Psicóloga Social, Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente na Fatec São Paulo - Faculdade de Tecnologia de São Paulo e Anhanguera Educacional. Psicóloga Social nas Organizações — Instituto Fazendo História e Instituto Vladimir Herzog. Email: sulamitaassuncao@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5499-7510>

Este artigo, é fruto da dissertação: *Quebradas feministas: estratégias de resistência nas vozes das mulheres negras e lésbicas negras da periferia sul da cidade de São Paulo*. Apresentada pela autora, para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP - São Paulo 2018.

De que lugar estamos falando

As ações e as lutas empreendidas por mulheres negras contra a dominação são de longa data. Jurema Werneck (2010) lembra que as mulheres trazidas do continente africano para as Américas trouxeram consigo seus costumes, responsabilidade em relação ao grupo, cultura, estratégias de resistência, liderança feminina e formas organizativas que se atualizam e atuam até hoje na narrativa dos modelos organizativos de mulheres negras, guardando assim uma perspectiva de continuidade.

As autoras Lélia Gonzales e Jurema Werneck resgatam a ancestralidade presente em nossa cultura e forma de organização. A primeira utiliza a categoria Amefricanidade para destacar a influência originada desde África às Américas (Amefricanas), ou seja, as Américas incorporam “todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada” (GONZALEZ, 1988b, p.76). Desse modo, para Jurema Werneck (2010), o feminismo como teoria é que veio depois, a partir da grande influência do legado cultural e memória da liderança feminina negra. A autora apresenta que muitas das figuras e divindades (Nanã, Iemanjá, Iansã, Oxum, Obá) fazem referência ao protagonismo, liderança e autonomia das mulheres negras, que precede a colonização, estendendo-se em seguida a uma série de organizações de resistência à escravidão, e, na atualidade, para os variados movimentos de mulheres negras.

Nanã: É a responsável pela matéria de que é feita todo ser humano, a terra úmida, a lama e o lodo. Insubordinada, recusou-se a reconhecer e aceitar a supremacia masculina de Ogum, o senhor dos metais e das guerras, sobre as demais divindades. Esta recusa é simbolizada pela proibição do uso de metais em suas cerimônias até hoje. Nanã, mulher idosa, está ligada também a morte, ao passado e a preservação da tradição.

Iemanjá: É a dona das águas do mar, mãe de todos os filhos-peixes. Tem seios fartos e simboliza a maternidade acolhedora. Foi casada, mas seu

marido desrespeitou uma das regras que lhe impôs (não falar mal dos seus seios), rompeu com ele, saiu de casa, voltando para a casa de sua mãe. Aqui reafirma a ligação e parceria entre mulheres e o poder da maternidade, além de assinalar que o divórcio é também sagrado. (WERNECK, 2010, p. 12).

De outra maneira, tatiana nascimento³, em sua tese, recupera a história do espelho de Oxum para além da leitura tradicional da vaidade e beleza, “propondo a compreensão desse espelho como fonte de autoconhecimento e reconhecimento onde uma se mira para mais se compreender” (nascimento, 2014, p. 95). A autora retira da narrativa sobre Oxum o sentido heterocentrado que a vincula exclusivamente à fertilidade, por ser senhora dos rios e cachoeiras, e reconta sua história narrando que foi seu sexo lésbico com Iansã que a fez pertencer à água doce.

Oxum seduz Iansã
Uma vez Oxum passou pela casa de Iansã e a viu
na porta.
Ela era linda, atraente, elegante.
Oxum então pensou: “Vou me deitar com ela”.
E assim, muitas vezes, passou na frente daquela
casa.
Levava uma quartinha de água na cabeça, e ia
cantando, dançando, provocando.
No começo, Iansã não se deu conta do assédio,
mas depois acabou por se entregar.
Mas Oxum logo se dispôs a nova conquista e
Iansã a procurou para castigá-la.
Oxum teve que fugir para dentro do rio, lá se
escondeu e lá vive até hoje.
(SEGATO, 1995, p. 403 apud nascimento, 2014)

Como argumenta tatiana nascimento, o amor, o sexo e afeto entre mulheres, efetivamente, são ancestrais, mas as histórias que são contadas pela via colonizadora não são só racistas, mas também, são normativas em termos de sexo e corporeidade. “Há expectativas sexuais que recaem sobre nossos corpos negros: expectativas que são

³ A autora apresenta sua tese “*Letramento e tradução no espelho de Oxum: teoria lésbica negra em auto/re/conhecimentos*”, com o nome grafado em letra minúscula, assim como a teórica feminista negra bell hooks.

não apenas hipersexualizantes – mas hiperheterocissexualizantes” (nascimento, 2018, s/p.)

Para ela, visando à manutenção do sistema ideológico, político, econômico e afetivo de controle dos corpos negros, a sexualidade negra é homogeneizada e estereotipada. Portanto, recontar essas histórias é reconstruir, pelos diversos símbolos, a resistência, protagonismo e a liderança das mulheres negras, sua independência com relação ao controle e cuidado dos homens, ao mesmo tempo em que desconstrói com a heterossexualidade como única possibilidade de se relacionar.

Esses mitos foram preservados e resistiram às investidas do eurocentrismo cristão, violência patriarcal e regime de extermínio do sistema escravista. Transformados na tradição afro-brasileira, eles ampliaram as possibilidades identitárias, pois apresentam às mulheres negras em sua diversidade e complexidade. E, por isso, acabam sendo força organizativa dos movimentos antirracistas, principalmente de mulheres negras (WERNECK, 2005). Esse recontar o passado, mesmo que baseado em uma concepção de identidade essencial, não pode ser negligenciado, pois essa redescoberta de “histórias ocultas” significa acessar outras imagens e símbolos que alimentam discursos e representações, possibilitando assim atribuir outros sentidos a uma identidade cultural que foi fragmentada e esvaziada (HALL, 1996).

Por essa razão, é fundamental recontar a história das lutas de mulheres negras que, ao longo do tempo, foram assumindo diferentes frentes. A sua participação na formação dos quilombos⁴, ainda que omitida, também é exemplo da liderança feminina: Aqualtune, filha do rei do Congo, que em 1665 liderou, contra os portugueses, uma força de dez mil homens para combater a invasão de seu reino; Dandara, guerreira e

⁴ Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (2016) argumentam sobre a importância de não reduzir os quilombos a simplesmente “refúgio de negros fugitivos”. Os quilombos brasileiros, formados por mulheres, homens, jovens, crianças, idosos, inspiraram-se nos quilombos africanos se opondo e resistindo ao regime escravagista e implementando uma nova organização política, cultural e econômica de sociedade livre.

liderança do quilombo de Palmares; Filipa Aranha, que liderou um quilombo no Pará⁵; Maria Firmina dos Reis (1825), primeira mulher a escrever um romance abolicionista brasileiro, Úrsula; Luísa Mahin, mãe de Luís Gama, que participou e liderou revoltas negras na Bahia, sendo uma das mais conhecidas a revolta dos malês (1835); dentre tantas outras mulheres que foram protagonistas da resistência ao regime escravagista que perdurou no Brasil, último país do Ocidente a promover a abolição, até 1888. Angela Davis, em sua descrição sobre a população negra no período escravista, cita o “talento impecável para humanizar um ambiente criado para convertê-los em uma horda subumana de unidades de força de trabalho” (DAVIS, 2016, p. 28).

Ao escrever sobre isso, lembrei-me da atividade “Somos todas (os) Atlântico”, que realizamos junto a coletivas⁶ Fala Guerreira e a T.ar Raízes, no bairro do Capão Redondo, periferia da zona sul na cidade de São Paulo⁷, com as mulheres e familiares de jovens que cumpriam Medida Socioeducativa no (SMSE-MA) – Capão Redondo II⁸. Em círculo, contamos a história das bonecas Abayomis, palavra de origem iorubá, cujo início abay significa encontro e omi precioso: encontro precioso! São bonecas pretas feitas somente com pano, nós e tranças e sem costura nenhuma. De acordo com a história do surgimento, sua nascença remete aos navios negreiros, quando a população negra foi sequestrada da África para o Brasil e, no trajeto da violenta viagem que durava meses, as mães negras, vendo toda a dor e desespero das crianças, rasgavam tiras de pano de suas próprias saias e faziam bonecas para amenizar o sofrimento delas.

⁵ Não encontrei registros exatos sobre o nascimento e o período da liderança de Dandara no Quilombo de Palmares, porém consta sua morte em 1694. Assim como Filipa Aranha, cujo alguns registros mostram que nasceu entre os anos de 1720 e 1730.

⁶ É empregado o termo coletiva ao invés de coletivo, pois se trata de grupos de mulheres, assim, o substantivo será utilizado no feminino.

⁷ A pesquisa foi fruto da interação e participação nas ações políticas, culturais e feministas realizadas por mulheres negras e lésbicas na periferia da zona sul da cidade de São Paulo. As intervenções e as mulheres aqui presentes estão localizadas nas subprefeituras do Campo Limpo e M’Boi Mirim, nos distritos de Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim São Luís e Jardim Ângela. As coletivas são apresentadas no capítulo I (“Periferia Segue Sangrando”: de que lugar estamos falando) da dissertação mencionada no rodapé 2.

⁸ Atividade descrita no capítulo III da dissertação mencionada no rodapé 2.

Depois de ouvir essa história, a dona Nildete⁹, mãe de um dos jovens atendidos pelo serviço, e que ainda não conhecia as Abayomis, segurando uma das bonecas, disse: “Eu sou essa história, todos os dias eu rasgo minha saia e faço as minhas Abayomis”. Uma fala muito verdadeira e emocionante. Ela é uma trabalhadora, moradora da periferia da cidade que sai todos os dias da sua casa para cuidar dos filhos e da casa da patroa. Como tantas outras mulheres como ela, enfrenta o sistema “socioeducativo”, tanto para dar suporte ao seu filho enquanto ele esteve internado na Fundação Casa¹⁰, como também na Liberdade Assistida, conhecendo de perto a força violenta da polícia e as desigualdades no território. Por meio dessa história, perceber essa conexão da resistência criativa e ancestral com a sua luta cotidiana no presente é algo que integra a existência e a consciência, ao mesmo tempo que une, movimenta e fortalece.

É preciso também considerar, conforme argumenta Stuart Hall (1996), que essas histórias não são de origens fixas e absolutas de um passado no qual é possível retornar, mas têm seus efeitos simbólicos e materiais. Para o autor, o passado continua a nos falar, mesmo depois da separação, numa relação de memória, narrativa, fantasia e mito. Contudo, assim como há pontos de identificação, há também profundas diferenças que constituem “[...] o que nós realmente somos [...]”; ou melhor – já que a história interveio – “[...] o que nós nos tornamos [...]” (HALL, 1996, p. 69).

Portanto, a história das Abayomis são reconstruções de um passado recente que têm similaridades com a trajetória do povo negro, especialmente na resistência das lésbicas e das mulheres negras, até os dias atuais nas periferias. Assim como elaboravam ações nas restritas possibilidades da sociedade escravista, as mulheres nos

⁹ Nome fictício.

¹⁰ A Fundação Casa (antiga FEBEM) foi planejada a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para cumprir com uma das medidas socioeducativas, nesse caso, internação, voltadas aos adolescentes que cometeram atos infracionais no estado de São Paulo. A palavra socioeducativo está em aspas porque essas unidades reproduzem a mesma lógica de funcionamento do sistema prisional adulto no tratamento dos jovens e das famílias. Para conhecer mais, especialmente, sobre o sistema “socioeducativo”, no que se refere à unidade de internação para as adolescentes que são mulheres, leia a dissertação “Força pra subir, coragem na descida”, de Nathali Estevez Grillo – PUC-SP.

quilombos, nas periferias, nos terreiros, no movimento de luta por creches, nas lideranças comunitárias e movimentos sociais historicamente resistem com criatividade, construindo seus espaços de luta, prazer, afeto e autonomia.

E eu não sou uma mulher?

Este homem diz que as mulheres necessitam da ajuda dos homens para subirem nas carruagens, cruzar as ruas, e que devem ter o melhor lugar em todas as partes. Mas a mim ninguém me ajuda a subir em carruagens, nem deixam o melhor lugar. Por acaso, eu não sou uma mulher? Olhem-me! Olhem meus braços! Eu arei e plantei e colhi e nenhum homem era melhor do que eu! E por acaso eu não sou uma mulher? [...] tive treze filhos e os vi serem vendidos como escravos e enquanto eu chorava com a dor de uma mãe, ninguém além de Jesus me ouvia! E por acaso eu não sou uma mulher? (Sojourner Truth)

Sojourner Truth, mulher negra liberta da escravidão dos Estados Unidos, foi uma abolicionista muito antes do feminismo negro, enquanto conceito, surgir e, em seu contexto, é uma das pioneiras na desconstrução da categoria hegemônica de mulher (JABARDO, 2012). Ao assistir à convenção nacional dos direitos das mulheres em Akron, Nova York, em 1852, pronunciou-se com o famoso discurso: “E eu não sou uma mulher?”.

Para Maria Lugones (2014), a resposta colonial a esse questionamento seria: “Não! Você não é uma mulher”. Isso porque os marcadores de raça, gênero, classe e sexualidade estão ausentes e invisíveis na categoria hegemônica do que é ser mulher, quando se pensa na opressão e violência da colonização. As fêmeas colonizadas não são mulheres, já que o conceito de ser mulher da colonialidade de gênero faz referência às mulheres brancas, heterossexuais, burguesas.

O discurso de Sojourner denuncia que os aspectos de fragilidade e docilidade conferidos ao gênero feminino, ainda que sejam negativos e façam parte da normativa hierárquica e dicotômica sobre masculino/feminino, constituem uma concepção que não era, e ainda hoje não é, emprestada às mulheres negras e lésbicas. O ponto, porém, não é

reivindicar essa noção hegemônica de gênero, mas sim reconhecer o quanto essa categoria é colonial, e não diz respeito à opressão de gênero que tantas outras mulheres vivenciam.

Como exemplo, podemos pensar no debate em torno das mudanças nas leis em favor do direito das mulheres ao próprio corpo ou na possibilidade de votar e de trabalhar. A ampliação de tais direitos privilegiou principalmente as mulheres brancas, já que, mulheres negras e indígenas, já trabalhavam e eram exploradas há alguns séculos.

Ao mesmo tempo, percebemos que sua sexualidade e gênero de mulheres racializadas, eram inexistentes, se não fosse para reprodução e exploração sexual. Para as negras, a reserva se limitava a serem tratadas como pedaços de carne sem denominação, valor ou humanidade, disponíveis não só para o estupro, mas para o chicote e lucro conseguido com a venda dos seus filhos e seu trabalho pesado (DAVIS, 2016).

O ponto não é invalidar a luta pelos direitos individuais, pois reconhecemos sua importância, mas refletir que as mulheres têm diferentes experiências, realidades e necessidades que precisam ser discutidas e vistas. Tal como Jurema Werneck (2010) aponta, as desigualdades das mulheres negras têm origem em sua desumanização e redução à condição de mercadoria.

Desta maneira, o feminismo negro inscreve a multiplicidade das experiências das mulheres e ultrapassa os significados da luta racial centrado na cor (BRAH, 2006). “Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela.” (BRAH, 2006, p. 351).

Por esse ângulo, é basilar não isolar os marcadores sociais em categorias separáveis, mas sim buscar compreender a opressão das mulheres por meio dos

processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista e heterossexualismo, para superar a colonialidade de gênero (LUGONES, 2008).

Uma proposta é romper com a visão tradicional de lidar com as questões de colonialidade, raça, classe, sexualidade e de gênero separadamente, como se fossem categorias mutuamente excludentes. Esses marcadores são inseparáveis porque, se isolados um do outro, não é possível enxergar as diferentes formas de violências e desigualdades. A cegueira epistemológica da modernidade é que reside na organização homogênea, atômica e separável dessas categorias (LUGONES, 2014).

Organização de mulheres: Articulando raça, gênero e classe

É nesse cenário — perspectiva de continuidade ao longo do tempo das formas organizativas das mulheres (Werneck, 2010) — que outros contornos e iniciativas vão surgindo, para desorganizar a ideia universalizante sobre as necessidades e as experiências das mulheres.

Já nos anos 30, surge a primeira Associação de Trabalhadoras Domésticas, no estado de São Paulo, por iniciativa da ativista Laudelina Campos Melo, que também integrava a Frente Negra Brasileira. Mais adiante, multiplicaram-se os clubes de mães, a partir da década de 50, organizados por mulheres das periferias da capital paulista que atuavam na reivindicação de creches, escolas, regularização de loteamentos clandestinos, transporte público e soluções para os problemas ocasionados pela insatisfatória condição de vida e de trabalho, como foi explorado no tópico “A cena periférica da zona sul e as mulheres” do capítulo I.

Nos anos 70, em tempos de ditadura, além da luta pela redemocratização, o debate feminista se volta para as questões de sexualidade, direitos reprodutivos, mercado de trabalho e mudanças nas leis (TELES, 2017). Ainda que Sojourner Truth, mesmo em outra nação, já tivesse proposto a desconstrução da categoria hegemônica de

mulher em 1852, a pauta feminista ainda se fundamentava em um discurso universal e excludente, sem considerar as experiências das mulheres negras e lésbicas.

Quando surge o feminismo como movimento de afirmação política das mulheres da Europa e Estados Unidos, sua perspectiva profundamente eurocêntrica, burguesa, individualista, marcada pelo colonialismo e pelo racismo tornaram difícil a relação com mulheres negras, indígenas, asiáticas, ciganas e com outras habitantes de culturas diversas, ainda que muitas delas compartilhassem a mesma geografia (WERNECK, 2005, p.34-35, tradução nossa).

Nessa ocasião, uma nova forma de organização das mulheres negras e lésbicas surge em meio a luta feminista e antirracista do final da década de 70 e início dos anos 80. O movimento negro, ainda que seus enfrentamentos sejam anteriores a esse período¹¹, acaba também se consolidando dentro do ativismo dessa década, para denunciar a discriminação racial e a violência policial, reivindicar melhores condições de vida, trabalho etc.

Todavia, tal como o movimento feminista se institucionaliza a partir de uma concepção exclusiva e homogênea de gênero, o movimento negro se pautava na questão racial e de classe, desconsiderando as diferenças entre homens e mulheres e a importância de articular não só raça e classe, mas também gênero e sexualidade. O movimento negro internamente se posicionava desfavoravelmente às mulheres, o que levou a rupturas e novas organizações de mulheres negras para discutirem suas especificidades.

Em diálogo com as reflexões de bell hooks, Audre Lorde, Patrícia Hill Collins, entre outras mulheres nos Estados Unidos, é que os feminismos negros vão se

¹¹ No Brasil, desde o período escravagista, a população negra já se organizava em quilombos. A história do quilombo dos Palmares, um dos maiores e mais conhecidos, começa no ano de 1595. Após a abolição, a Frente Negra Brasileira foi fundada em 1931, com foco na educação e reintegração do negro na sociedade; O Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944; A imprensa negra brasileira, a exemplo O Clarim d'Alvorada (1924-1932), O Menelik (1915), entre outros (MUNANGA, 2016). É importante situar que a organização e resistência fazem parte de toda a história do povo negro no Brasil, ganhando contornos distintos, dado os diferentes momentos. Muitas mulheres e homens negros anônimos ajudaram a construir essa nação com sua capacidade de organização e luta.

construindo no Brasil no final de 1970. Nos Estados Unidos a discussão se iniciou com a crítica ao conceito de gênero. Já no Brasil, a saúde reprodutiva foi articulada com a raça e o gênero para denunciar as esterilizações cirúrgicas forçadas em massa entre mulheres negras para controlar a natalidade (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012, apud CORREIA, 2015).

Diante disso, feministas negras brasileiras, como Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Matilde Ribeiro, Sueli Carneiro, Jurema Werneck e tantas outras, têm conseguido construir e rearticular esse conceito a partir da história do feminismo negro no Brasil, com reflexões distintas do contexto estadunidense. Sandra Azerêdo comenta que formas diferentes de teorizar sobre gênero têm a ver com as diferentes maneiras como se dão as relações raciais e de classe nos dois países (AZEREDO, 1994, p. 204).

Há muitas outras diferenças nos aspectos culturais e econômicos que não abordaremos. Contudo, no que se refere a relações raciais, Oracy Nogueira (2006) aponta que o Brasil foi se constituindo diante da ideia de um país democrático e harmonioso racialmente, no qual imperava a mistura das raças. Ao longo do tempo, a sociedade brasileira acostumou-se a mascarar o racismo, o que conseqüentemente dificulta o debate racial e a identificação das pessoas negras como parte desta população. A partir disso, muitas pessoas se identificam como morenas, pardas, mulatas, mas não como negras.

Com isso, no Brasil, vigora o racismo denominado por Oracy Nogueira (2006) como racismo de marca, enquanto nos Estados Unidos, o preconceito é de origem. Ainda assim, ele argumenta que em ambos os casos existe o preconceito racial, porém, ocorrem diferenças em suas manifestações. O autor defende que onde o preconceito é de marca, a ideologia é assimilacionista e miscigenacionista, cuja expectativa é que o processo de branqueamento solucionará o “problema” dos tipos raciais heterogêneos. Assim, a expectativa é que os negros desapareçam por meio das misturas de raças.

Entretanto, onde o preconceito é de marca, a consciência racial é enfraquecida diante da falsa ideia de que não existe racismo, uma vez que sua manifestação não é explícita. Além disso, no preconceito de marca, quanto mais traços e aspectos negroides a pessoa tiver, mais sofrerá discriminação (NOGUEIRA, 2006). Já no contexto estadunidense, o autor considera que o preconceito é de origem, cuja ideologia racista é segregacionista.

Assim, nos Estados Unidos, devido à explícita manifestação do racismo, há um forte reconhecimento étnico e maior coesão da população negra em seu enfrentamento. O autor aponta que no contexto norte americano, o racismo independe dos traços físicos, basta descender de certo grupo étnico para sofrer o preconceito, ainda que suas características se aproximem dos aspectos mais aceitos da branquitude.

Para as autoras brasileiras, dentre tantos outros enfrentamentos, as políticas de identidade também é uma das pautas dos feminismos negros em nosso contexto. Tanto para desconstruir as ideias negativas sobre a estética e identidades negras, como para construir o reconhecimento e a consciência política como negras (os). Nesse sentido, houve um esforço político dos movimentos negros para conseguir incluir na classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as pessoas pardas (os) dentro da categoria negras (os).

Essa inclusão é uma vitória do ponto de vista da compreensão das desigualdades, construção de políticas públicas e políticas identitárias, no entanto, gera muitos debates. Isso demonstra não só a complexidade das relações raciais no Brasil, mas como os efeitos da ampliação de acessos e inclusão na universidade, cultura e produção de conhecimento, produz muitas outras pautas, tal como discutiremos mais adiante.

Organização de mulheres e o colorismo

Com relação ao colorismo, do ponto de vista de alguns grupos, a alegação é que ao incluir todas as pessoas pardas na categoria negras, há um apagamento da identidade

das (os) indígenas, por exemplo, ou mesmo dentro da comunidade negra, as pessoas pardas que se identificam como negras serem “menos aceitas”, pelo fato de serem miscigenadas e terem a pele ou os traços menos negroides: o chamado colorismo.

Um debate que não é tão atual, no entanto, ressurgiu sempre quando acontecem polêmicas, como a mais recente em junho de 2018, sobre a atriz e cantora Fabiana Cozza, negra de pele com tonalidade mais clara, viver no teatro a falecida cantora Dona Ivone Lara, uma mulher negra de pele escura. Uma conversa difícil, pois fala das diferenças entre o povo negro, o que por vezes faz parecer que estamos em lados opostos. Normalmente, atribui-se privilégios às pessoas negras de pele menos escura, o que pode ser discutível, ao mesmo tempo em que se acusa pessoas de peles mais escuras de estarem dividindo o movimento e sendo radicais ao apontarem essas diferenças. Renata, pedagoga e integrante da coletiva Luana Barbosa, deu o seguinte depoimento:

Pretos retintos tem que ter representatividade, se a gente não tinha, imagina eles. Mas eu não consigo entender privilégios para pessoas negras. Temos vantagens entre nós: a pele mais clara vai pra lá, a pele mais escura pra cá. A gente tá dentro de um grupo que, socialmente falando, eu não vejo privilégios. O significado de privilégio pra mim é uma coisa muito grande, de tipo, tá no domínio, tá no topo do sistema. Acaba tendo algumas tretas internas que são tão desnecessárias, se tivesse um semacol dos pretos de peles claras e também do outro lado, os de pele escura... porque assim, os pretos de pele clara dão várias mancadas, é claro, muitas vezes não se reconhece no seu lugar... Não veem coisas óbvias, algumas vantagens. E os pretos de pele escura acabam ficando com raiva, não sei. Eles acabam atacando como se a gente, nós que temos a pele clara, tivéssemos um privilégio enorme. Então fica essa treta enorme e parece que eterna dentro do movimento. Eu vejo isso o tempo todo (Informação verbal).

A Juliana Gonçalves, jornalista, ativista dos direitos humanos com foco em raça e gênero, também escreveu um texto para o coletivo “Nós Mulheres da Periferia”, quando aconteceu essa polêmica envolvendo a cantora Fabiana Cozza.

[...] Cada vez menos vejo a possibilidade de se aplicar a palavra “privilégio” a pessoas negras porque é negar o que afirmamos sobre o racismo ser algo estruturante. Como vamos usar para uma pessoa negra, marcada pelo racismo estrutural, a mesma palavra carregada de sentido que usamos para falar da

branquitude? Ou seja, muitas vezes lemos como privilégio quando uma pessoa negra acessa o que é, na verdade, um direito. “Ah, então se não vamos usar a palavra privilégio para falar de colorismo, qual palavra usamos?”. Não sei também, mas pense em como teorizamos sobre o privilégio branco ser algo inquestionável, fixo, estático e não dependente de nada eventual. Já o que ocorre com uma pessoa negra clara, em qualquer situação, não poderia ser privilégio porque é conjuntural, ocasional. Quem ama a palavra, a escrevência e seus sentidos, sabe que a escolha das palavras é uma ação política. Temos que nos debruçar mais na qualificação desse debate e nos termos utilizados nele. (GONÇALVES, 2018, s/p.).

Algumas das mulheres que participaram do debate sobre o colorismo para essa pesquisa, não consideram menos negras as pessoas de pele não retinta, no entanto, não deixam de refletir que o racismo atua de diferentes maneiras nos diferentes corpos negros. É preciso considerar que a lógica da opressão frequentemente é mais perversa, exclui e não representa as pessoas mais escuras, conseqüentemente elas são as mais atingidas pela violência. Então, muitas vezes, as pessoas negras de pele mais clara, ainda que sejam afetadas pelo racismo, têm mobilidades distintas.

[...] quanto mais se aproximar disso que é a estética da televisão, que é teatro, é melhor. Quem ocupa o lugar da arte de destaque não são os pretos de pele retinta. O que é a Camila Pitanga, é preta? É preta! Mas é isso né, é isso que a televisão quer ver, é isso que o teatro quer ter. Os pretos de pele escura vão fazer papel de escravo, não vão fazer o papel da dona Ivone Lara, mesmo ela sendo uma preta de pele escura (Informação verbal, Fernanda Gomes).

A Aline Anaya, pedagoga, poeta e integrante do núcleo Periferia Segue Sangrando, comentou sobre o fato de suas características permitirem uma mobilidade no que diz respeito às oportunidades, porém, ela pondera que essa “passabilidade é muito perversa, porque na medida em que você alcança esses lugares, lá dentro também é foda”. Ela menciona que sendo a única negra, ainda que com traços “mais aceitáveis”, passa a ser diferenciada entre as pessoas brancas. Entre muitas situações, relata sobre como as pessoas a chamavam de “exótica” e sempre a escolhiam para ficar até mais tarde no trabalho. Situação que só parou de acontecer quando uma menina negra de pele

mais escura entrou no mesmo serviço, passando a ser ela a requisitada para fazer o papel que a Aline fazia até então.

A Alessandra Tavares, cientista social, antropóloga e integrante da coletiva Fala Guerreira e núcleo Periferia Segue Sangrando, também contou sobre uma intensa experiência num processo de apresentação da mostra “Zumbi somos nós”, organizada por alunos e professores da rede pública para marcar o dia 20 de novembro, na escola em que trabalha. Ela disse que notou uma diferença entre os negros de pele clara e os negros de pele escura. Contou que os negros de pele mais clara conseguiram participar e se apropriar mais do discurso, enquanto os negros de pele mais escura participaram somente na última mostra, depois de três anos. Ela explica que alunas (os) negras (os) de pele escura não gostavam do debate sobre a questão racial porque evidenciava algo que elas (es) queriam apagar. “[...] negros de pele clara conseguiram se apropriar do discurso num lugar não de revelar uma dor, mas de fortalecimento.” Fernanda Gomes, assistente social e integrante da Coletiva Luana Barbosa e núcleo Periferia Segue Sangrando, acrescenta:

Fico pensando também como essa população negra de pele escura está adoecida. Você tá tão destruído, tão dolorido, tão adoecido, aconteceram tantas coisas, tantas vezes você foi negado, que muitas vezes o que a gente tem é o ataque. Como o racismo destruiu emocionalmente para estar soltando violências assim?! Porque foi violentado. E os pretos de pele clara também não entendem, não entendem esse lado da dor... Aí começam a falar da opressão deles: “porque não tenho lugar, não sou nem preto e nem branco”, aí é uma troca de ofensas (Fernanda Gomes, informação verbal).

Embora o sofrimento não possa ser medido e a experiência racial não seja universal, mesmo entre as (os) negras (os) de pele escura, a recorrente desvalorização, neuroses e o complexo de inferioridade das pessoas negras, originados pelas estruturas sociais desde a colonização, tal como Fanon (2008) apresenta, certamente podem tornar as pessoas negras de pele escura mais suscetíveis à violência racista e, por conseguinte, ao adoecimento e sofrimento psíquico gerado por ela. Alessandra Tavares comenta: “a

palavra negro colocou a gente num balaio que parece que as diferenças somem.” Então, é preciso refletir coletivamente, com responsabilidade e cuidado, sobre esses contornos, ainda que cada uma de nós sinta e experimente de maneiras diferentes. Danielle Braga, psicóloga e integrante da coletiva Fala Guerreira e do núcleo Periferia Segue Sangrando, comenta:

Na militância mesmo, como que a gente percebe essas coisas, porque às vezes passa despercebido, porque o racismo é feito para passar despercebido, ele foi construído socialmente para passar despercebido. Se você não é da pele preta você não vai sentir e você vai ficar protegido (informação verbal).

Desse modo, a conversa sobre colorismo não pode negar as variadas experiências raciais, ao mesmo tempo que destitui as pessoas negras de pele clara de sua negritude ou nega que elas também são atravessadas, de diferentes formas, pela lógica do racismo. Abaixo segue algumas falas de minhas interlocutoras sobre essa questão:

Tem um lugar de sofrimento das pessoas que não se veem em lugar nenhum e sempre estão sendo questionadas e não se veem em lugar nenhum. Conheço meninas negras de pele clara que tem muito medo de colar nos rolês que é de negro. Porque pensa assim: eu sou negra, mas as pessoas não me veem como negra (Alessandra Tavares, informação verbal).

A gente não consegue ter uma identidade étnica, por conta dessa mestiçagem aí. Sou uma pessoa que os brancos não me tratam como branca, os pretos não me tratam como preta. Lugar mesmo do limbo do pertencimento. [...] desde que venho percebendo essas diferenças enquanto fenótipo, tem me incomodado me posicionar como pessoa negra. Mesmo não tendo o tratamento de pessoa branca, me incomoda esse posicionamento (Formiga, integrante da coletiva Fala Guerreira e poeta, Informação verbal).

[...] acho que até hoje ainda eu tenho uma coisa assim de alguns lugares sou identificada como mulher preta, outros lugares não. Sou identificada como... Não sei. Tem horas que não sei como sou identificada pelas pessoas. Mas eu falo mais que sou uma mulher mestiça, afrodescendente óbvio. Mas mulher da pele preta eu não sou. Isso tem que estar claro assim, que eu não tenho essa pele preta e isso já me coloca em um outro lugar né? Que não evitou que eu passasse por várias situações de racismo, de ter meu cabelo cortado na escola, ser chamada de nariz de coxinha. Sempre escutar: “nossa, mina branca com esse cabelo tão ruim” ou “Ai porque você não alisa pra

ficar branca de vez?” ou ainda “Você é branca e tem esse cabelo tão ruim, como pode né?”.

Ou escutar do cabelereiro que era castigo de Deus, sabe? Tipo essas coisas bem racistas, e aquilo me deixava muito incomodada, muito triste mesmo. Aí você começa a ter muita raiva né? Você começa a ter raiva dos seus traços e tal, mas não é o mesmo lugar, por exemplo, de quando você tem a pele preta (Danielle Braga, Informação verbal).

Como é bem colocado pela Jenyffer Nascimento integrante da coletiva Fala Guerreira e núcleo Periferia Segue Sangrando, sobre o fato do colorismo dividir a população negra:

Como isso dividiu o movimento negro, se você for pensar, os brancos não têm dúvida de quem é branco, independente de que cor de branco ele seja. Pode ser branco dourado, eles podem ser branco branquíssimo, pode ser branco rosa, pode ser branco ruivo, pode ser branco de qualquer tom, que ele sabe que ele é branco. E aí tem o nosso lado que a gente é preto de vários tons, na perspectiva do colorismo, e aí a gente fica discutindo entre nós. Eu acho que não existe um espaço que a gente consiga debater isso, isso é urgente dentro do movimento negro. Acho que a gente não avança enquanto não discutir isso, porque daqui há um tempo essa discussão vai ficar ainda mais acirrada (Informação verbal).

De outro modo, a Juliana Gonçalves pontua: “Não dá para afirmar que é o colorismo que divide negros. Nós já estamos divididos nas diferentes estigmatizações produzidas pelo olhar branco e seu sistema de privilégio” (2018, s/p.). Então, falar sobre esse assunto deve fugir de explicações generalizadas e isoladas de outros fatores de classe, por exemplo, tal como, Alessandra Tavares comenta:

[...] as trajetórias são diferentes. Se, por exemplo, você pegar a Djamila, ela é negra de pele escura, mas ela tem uma trajetória diferente. Aí você compara com uma pessoa negra de pele clara de quebrada. E a gente não vai poder dizer que está somente na lógica do colorismo, entendeu? Ser negro é um marcador visível, mas ser pobre é um marcador visível também (Informação verbal).

Nesse sentido, diante da realidade objetiva que gera as desigualdades, outros elementos como o gênero, classe social, corporeidade, território, sexualidade e tom de

pele, influenciam de maneira distinta as experiências, tal como discutiremos com a interseccionalidade ainda na continuidade deste artigo.

Organização de mulheres: Articulando raça, gênero, classe e sexualidade

É importante retomar que o mesmo processo colonizatório que investiu na racialização das (os) negras (os) e indígenas, definindo quem era humano e não humano, como forma de domínio e sujeição das (os) colonizadas (os) para exploração capitalista (QUIJANO, 2005), apoiou o sexismo e a heterossexualidade em bases históricas semelhantes. Bases que repousam na crença de noções ideológicas de inferioridade e de superioridade de um grupo sobre o outro (hooks¹², 1989 apud BAIROS, 1995).

Para o sistema de dominação racial tentar apagar e distorcer a memória e história da população negra, e com isso justificar e impor seu discurso de branquitude, foi tão oportuno quanto para o sistema de dominação patriarcal que também se empenhou em alienar e controlar o corpo das mulheres para manter sua subordinação dentro dos papéis de gênero e na “heterossexualidade compulsória”¹³, que significa obrigar todas (os) a serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente superior e “natural” da heterossexualidade.

Assim como a fundação do capitalismo ocidental dependeu do tráfico de escravos no Atlântico Norte, o sistema de dominação patriarcal se sustenta pela sujeição das mulheres através de uma heterossexualidade obrigada. Assim, os patriarcas têm de cultivar o par homem-mulher como algo “natural”, para manter as mulheres (e os homens) heterossexuais e obedientes, da mesma maneira que o europeu teve que cultivar a superioridade caucasiana para justificar a escravidão dos africanos. Frente a

¹² A teórica feminista negra bell hooks utiliza seu nome em letra minúscula. Ela desafia convenções linguísticas e acadêmicas, então, em respeito as convicções que a levou adotar a grafia em minúsculo, quando suas reflexões teóricas forem referenciadas neste texto, eu mantenho seu nome escrito desse modo.

¹³ A primeira teórica a empregar o termo heterossexualidade compulsória foi a feminista norte-americana Adrienne Rich, em um ensaio de 1980, publicado em 1986 com o título “Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence”.

esse pano de fundo, a mulher que elege ser lésbica vive perigosamente (CLARKE, 1988, p. 101, tradução nossa).

Em continuidade a organização de mulheres negras no Brasil, já nos anos 70/80, aparecem muitas figuras importantes, dentre elas, Lélia Gonzales — intelectual, socióloga e professora, uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU), Instituto de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (NZINGA), entre outros espaços de liderança dessa década (CARDOSO, 2012). Muitas mulheres que participavam do movimento negro sentiram a necessidade de criar espaços em que a pauta de gênero e racismo fosse articulada para que a violência contra a mulher negra fosse incluída no debate. Por diferentes caminhos, as mulheres negras foram se formando em grupos e organizações, como a Maria Mulher (1987), Geledés – Instituto da Mulher Negra (1988), Criola (1992), entre outras (CARDOSO, 2012).

Já a primeira organização de lésbicas surge no ano de 1979, em São Paulo, “como um subgrupo Lésbico Feminista (LF) do grupo Somos de Afirmação Homossexual, a primeira organização do então MHB – Movimento Homossexual Brasileiro, hoje Movimento LGBT, a reivindicar um espaço de respeitabilidade pública para a homossexualidade.” (SILVA, 2016, p. 176). Na sequência surgem outros grupos: (1979-1981) Grupo Libertário Homossexual (BA); (1981-1989) Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF-SP); (anos 90) Rede de informação Um Outro Olhar (SP), entre outros, (SILVA, 2016).

É importante notar que as organizações de mulheres negras vão se rearticulando a partir das rupturas com o movimento negro, ao mesmo tempo em que as organizações de mulheres lésbicas no mesmo período, como o grupo Lésbico Feminista (LF) de São Paulo, “é fruto de um “racha” entre lésbicas e gays em função da misoginia dos militantes gays” (MACRAE, 1990 apud SILVA, 2016, p. 176). Assim como a luta negra frequentemente foi organizada a partir do ponto de vista masculino, as experiências

homossexuais, do mesmo modo, foram compreendidas a partir dos homens gays, invisibilizando as mulheres lésbicas.

A mesma autora, Zuleide Paiva da Silva (2016), em sua tese apresenta que embora os movimentos de mulheres lésbicas tenham surgido nos anos 70, é no período dos anos 80 e 90 que começam a ter mais força. Aponta três momentos distintos dos movimentos lésbicos no Brasil:

No primeiro, os movimentos se reestruturam em torno da reivindicação identitária pautada na política de visibilidade e ação social. No segundo, reestruturam-se a partir da “onguização” dos movimentos sociais através da apropriação de lugares de poder nas políticas públicas no campo dos Direitos Humanos, Saúde e Educação. O terceiro momento, afirma a autora, é expresso na midiaticização das lésbicas e na proliferação de imagens e representações (LESSA, 2007, p. 230 apud SILVA, 2016, p. 38).

Também é um período marcado pelo final da ditadura militar, pela recessão, avanço da desigualdade social, desemprego e neoliberalismo, onde houve uma ampla entrada do movimento feminista, como um todo, em partidos, sindicatos e associações profissionais. Devido à institucionalização, os grupos passaram a ter menos autonomia e buscaram, em suas especificidades, influenciar os cenários por meio das políticas públicas, adquirindo assim a forma de Organizações Não Governamentais (ONGs) (SARTI, 2004, p. 42). Os anos 90 também são marcados pelos grupos musicais e artístico-culturais nas periferias, focando na valorização do território e das pessoas. Mais tarde, nos anos 2000, surgem os saraus e as diversas coletivas (os), conforme discutimos no capítulo I - “A cena periférica da zona sul e as mulheres”¹⁴.

Ao mesmo tempo há um crescente na mobilização das mulheres lésbicas e negras em todo o país, organizando-se em núcleos, grupos, nos Fóruns e encontros Nacionais e Internacionais. A produção acadêmica sobre as mulheres também passa a ganhar espaço a partir de perspectivas que descontroem os referenciais dominantes e

¹⁴ Dissertação da autora mencionada no rodapé 2.

universalizantes da ciência (SILVA, 2016; RIBEIRO, 2008). “[...] Desde a década de 70, feministas oriundas de diferentes espaços de saber, regiões e países têm produzido uma crítica que questiona a superioridade da ciência moderna, problematizando seus princípios e fundamentos” (SILVA, 2016, p. 109). As múltiplas experiências construídas, em torno das mulheres, da classe, da raça, da sexualidade e da colonialidade, vão enfraquecendo o essencialismo das identidades fixas que foi nutrido pela lógica racista, patriarcal e colonialista. Assim, os feminismos negros e lésbicos deslocam com a ideia de homem universal que fundamentou as teorias e descontroem com a categoria de mulher universal.

Desse modo, os feminismos negros e lésbicos recontam as histórias distorcidas que herdamos desse contexto patriarcal, racista e civilizatório e que interfere até hoje em nossa cultura e, conseqüentemente, em nossa subjetividade e sociedade. Uma maneira de reconstruir as experiências no tempo e, igualmente, como aponta Alistair Thomson, “[...] oferecer outras narrativas que sirvam para contestar mitos históricos que privilegiam certas pessoas em detrimento de outras” (1996, p. 71).

Organização de mulheres: Desafios na articulação de raça, gênero, classe e sexualidade

Apresentar a multiplicidade de identidades das mulheres não significa propor novos universalismos e essencialismos.

Não se trata de contrapor ao mito de fundação patriarcal ou da branquitude burguesa do feminismo outro que simbolize seu oposto radical, quer dizer, que reitere essencialismos e estereótipos com sinais trocados. Ao propor uma nova interpretação a partir e através das lalodês e dos diferentes repertórios identitários a que lançamos mão, o que pretendo é mostrar o caráter contingente do relato patriarcal e racista, naturalizado e reiterado nas historiografias da cultura, do antirracismo e do feminismo. E, principalmente, recolocar o lugar das mulheres negras e o impacto de sua atuação para a constituição da diáspora negra. Como também para as disputas ainda em desenvolvimento, que podem ser capazes de impactar, até mesmo, a cultura global (WERNECK, 2010, p. 15).

Nesse sentido, os feminismos brancos e negros e lésbicos não são categorias essencialmente fixas em oposição, conforme argumenta Avtar Brah:

[...] não são categorias essencialistas, mas antes campos de contestação inscritos dentro de processos e práticas discursivas e materiais num terreno pós-colonial. Representam lutas sobre esquemas políticos de análise; os significados de conceitos teóricos, as relações entre teoria, prática e experiências subjetivas, e sobre prioridades e modos de mobilização política. Mas não devem, em minha opinião, ser entendidas como construindo as mulheres “brancas” e “negras” como categorias “essencialmente” fixas em oposição (BRAH, 2006, p. 353).

O que não significa negar que alguns grupos ocupem posições privilegiadas nas estruturas sociais, devido às relações de poder que se inscreveram ao longo da história por meio das diferenciações raciais e patriarcais. Apesar disso, é uma maneira de refletir para além da homogeneização das experiências feministas negras e lésbicas, de modo a não utilizar os mesmos recursos de engessamento, oposições binárias e hierárquicas estabelecidos pela lógica colonial.

Em vista disso, para se afastar dos conceitos dados pela visão de mundo branca, burguesa e androcêntrica que legitimam uma política de exclusão sem colocar em seu lugar outros conceitos universais, uma das soluções é “renunciar a meta da unidade de experiências sociais compartilhadas em favor da solidariedade em torno de objetivos possíveis comuns” (HARDING, 1993, p. 23). De outro modo, é dizer que “as mulheres não compartilham a mesma opressão, mas a luta para acabar com o sexismo” (bell hooks, 1989, p. 23 apud BAIROS, p. 462, 1995).

Entretanto, ainda entre mulheres negras e lésbicas negras, é preciso reconhecer a grande diversidade existente entre suas experiências, contextos e perspectivas antirracistas e antissexistas, para não universalizar suas identidades. Ao mesmo tempo, evitar extremas relativizações, pois “[...] uma espécie de relativismo absoluto - quando impensado, assume uma postura definitiva ainda mais alienada e distante das

necessidades políticas e intelectuais que orientam o dia a dia de nossos pensamentos e práticas sociais” (HARDING, 1993, p.10). Esse argumento dialoga com o trecho em que Sueli Carneiro escreve:

O poeta negro Aimé Cesaire disse que "as duas maneiras de perder-se são: por segregação, sendo enquadrado na particularidade, ou por diluição no universal". A utopia que hoje perseguimos consiste em buscar um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero. Esse é o sentido final dessa luta (CARNEIRO, 2011, s/p.).

Outra questão importante, a partir do que já foi discutido, é que a intenção de abordar as questões da colonialidade, raça, classe, sexualidade e gênero, é refletir como essas estruturas de poder se combinam e interferem em nossas condições de vida e diferentes tipos violência e discriminação. Abordar a interseccionalidade é tratar dos diferentes resultados da articulação desses marcadores sociais, as distintas intensidades da opressão sexista em diferentes corpos e lugares, bem como as diversas estratégias para enfrentá-las. “A promessa inicial do feminismo negro e a ideia de interseccionalidade que a acompanhou consistia em promover políticas emancipatórias para as pessoas que aspiravam à construção de uma sociedade mais justa.” (COLLINS, 2017, p. 15).

Portanto, tratar os sistemas de opressão de forma interconectada não nos serve para disputar ou hierarquizar o sofrimento das mulheres. A fala de Fernanda Gomes, da coletiva Luana Barbosa, evidencia o que estou querendo debater:

Eu não acho que é perder tempo falando de mulheres trans, eu acho que tem mulheres trans, ok! Só que eu quero ficar tranquila pra eu poder, tipo assim, trazer só questões de mulheres cis lésbicas, sem ser atacada, porque eu já fui atacada, porque eu sou da coletiva Luana Barbosa e lá só tem mulher lésbica e uma bissexual.

[...]. É por que eu quero agora nesse momento falar de buceta, e tem que ser tranquilo falar de buceta, falar do meu útero. E eu já participei de atividades com mulheres trans que eu não poderia abrir minha boca numa roda de conversa sobre mulher pra falar do meu útero ou da minha gravidez ou da minha menstruação e é foda as pessoas que aplicam.

[...]. Por isso que eu falei, os agentes da interseccionalidade, não que distorce, acaba atacando pessoas que tão priorizando só X coisa, e é o que minha saúde dá conta hoje (informação verbal).

Fernanda Gomes, contou que foi insultada durante uma mesa de debates pela fala de uma mulher transexual e, então, preferiu se retirar. O episódio aconteceu pela acusação de que, o fato da sua coletiva abordar somente a questão das mulheres lésbicas e bissexuais que são cis, estaria contribuindo com a “morte da população transexual”. Em seguida, outras mulheres negras que presenciaram o que ocorrido foram conversar com Fernanda e oferecer apoio, no entanto, alegaram que apesar de discordarem do ataque, não poderiam se posicionar, porque se assim fizessem, seriam chamadas de transfóbicas¹⁵.

Em outro relato, Alessandra Tavares, relatou que estava com outras mulheres negras em uma mesa de debate, e discordava em absoluto de suas falas. No entanto, ficou numa posição de não poder se opor, não só por ser a mediadora, mas principalmente por ter a sensação de que não poderia discordar publicamente de mulheres negras, ainda que ela mesma fosse uma mulher negra. “Eu não posso discordar politicamente de modo taxativo, então exige uma performance que não é a minha posição política, por exemplo.” Ela também acrescenta: “[...] minha piada é: você sabe né? Sou mulher negra e nunca estou errada, porque é isso que virou.”

A autora Avtar Brah (2006) argumenta que hierarquizar as opressões é uma maneira de ocupar uma posição moral mais elevada dentro de um grupo. “[...] quanto mais opressões uma mulher pudesse listar, maior sua reivindicação a ocupar uma posição moral mais elevada” (BRAH, 2006, p.348). Isso quer dizer que as múltiplas

¹⁵ A transfobia se refere a sentimentos e atitudes negativas em relação às pessoas travestis e transexuais.

opressões passam a ser vistas como elementos separados e adicionados em nossa identidade de maneira quantitativa e linear impedindo que essas interconexões sejam entendidas de maneira complexa, com o objetivo de compreender as especificidades das opressões, as relações de poder e construir uma política de solidariedade (BRAH, 2006).

[...] eu aprendi que opressão e intolerância da diferença vêm em todas formas e tamanhos e cores e sexualidades: e dentre aquelas de nós que dividem os objetivos da libertação e um futuro trabalhável para nossas crianças, onde possa não existir hierarquias de opressão.

Eu simplesmente não acredito que um aspecto de mim pode possivelmente lucrar da opressão de qualquer outra parte de minha identidade. Eu sei que meu povo não pode possivelmente lucrar da opressão de qualquer outro grupo que deseje o direito a existência pacífica [...] (LORDE, [2009] 2016, s/p.).

A interrelação das opressões não é uma soma quantitativa, hierárquica e fragmentada, mas sim “requer compreender raça, gênero, classe e sexualidade como construções mútuas de um sistema de poder” (COLLINS, 2017 p. 11).

A luta não tratava apenas de análises abstratas da liberdade, mas sobre as formas que as iniciativas de justiça social deveriam assumir para dar vida a políticas emancipatórias. A ideia de interseccionalidade e a solidariedade política que a sustentava tinham o objetivo de tornar a liberdade significativa para pessoas cujas experiências de vida estavam circunscritas pelo racismo, o sexismo, a exploração de classe, o nacionalismo, a religião e a homofobia (COLLINS, 2017, p. 7).

Ao mesmo tempo, hierarquizar as opressões para ocupar uma posição moral mais elevada e de maior autoridade parece ser um problema de discurso de alguns espaços. Isso porque os múltiplos sistemas de poder continuam silenciando, violentando, invisibilizando e produzindo distintos lugares sociais para as mulheres. Então, não são todas as mulheres “mais” oprimidas a partir da sua condição de raça, classe e sexualidade que ganham esse “status moral”, tal como a Jenyffer Nascimento pontua:

Eu não acho que são todas as mulheres negras que podem falar, não são todas as mulheres trans que podem falar, não são todas as mulheres de periferia que podem falar. Então, eu acho que tem um equívoco desse lugar que é um possível lugar que se chega, porque você acumula todas as opressões e aí agora você pode falar a partir desse lugar, mas não é qualquer mulher que tem autorização pra falar. E isso é muito louco, porque é uma outra máscara dentro do movimento que a gente não assume, que não é verdade, nem todas as mulheres podem falar. Se você não é militante, se você não faz parte de um coletivo, se você é simplesmente uma dona de casa, uma mulher trabalhadora, você não tem lugar de fala nenhum. Entendeu? Independente se você é... inclusive mulher branca e você pode também não ter lugar de fala se for da periferia, por exemplo.

Por fim, é indispensável inserir narrativas que desloquem as mulheres das categorias de inferioridade em que foram construídas, porém é preciso ter cuidado para não estabelecer para nós novas categorias universalizantes sobre quem somos. Novas categorias, por vezes “românticas” e “especiais” somente no que diz respeito ao discurso, porque na prática as estruturas de poder estão presentes e seguem legitimando as violências com as mulheres, da militância ou não, e de diferentes maneiras.

Desse modo, essa outra categoria romântica não é só falsa, é também perversa, pois a atribuição desse status de sofrimento gera disputas e impossibilita manter o foco nas estruturais sociais. Além disso, tenho a impressão de que também prejudica debates reais e autênticos, já que tenta impor sobre nós a ideia de que não podemos ser diferentes nas ideias, nos posicionamentos, nas experiências, vestimentas, lugares que devemos frequentar, religião que devemos seguir, cabelo que devemos usar, ou seja, uma outra categoria homogênea que engessa nossa identidade e experiências.

Nessa direção, é principal enfatizar a citação da Jurema Werneck: “as mulheres negras não existem” (2010, p.10). Trecho do qual destaca que, apesar dos determinismos das conjunturas sociais, não há uma identidade definitiva e única do que é ser “uma lésbica ou uma mulher negra”. As mulheres negras são diversas, heterogêneas, com diferentes visões de mundo e que se localizam em diferentes tempos e contextos.

Torto
[...] quem disse que espelho são os outros,
quemquemquem?
espelho torto, bobajada
me mirei no da Oxum (que foi amante da Oyá),
por vaidade nada:
re/conhecimento
(nascimento, 2014, p. 174)

Tentam nos enterrar, mas somos sementes: Algumas considerações para esse final

Fui olhar, por curiosidade, sinônimos para germinar - sobre quando sementes são plantadas. Em uma rápida busca, encontrei: causar, originar, produzir, provocar, brotar, nascer e grelar. Essa última gostei bastante, confesso que por suas possíveis conotações. Mas a verdade é que fiquei surpresa e entusiasmada com a sintonia linguística entre o título desse último tópico e o que gostaria de escrever para acabar (ainda que inacabado) esse texto.

Germinar é uma palavra que oferece muitos dos significados sobre o percurso dessa experiência-vivência-troca-texto-aprendizado-pesquisa. E logo que termino de contar isso, recordo o real motivo da escolha desse título. Embora caiba, a intenção não era relacionar esses sinônimos, pois a escolha foi feita antes, muito instintivamente, após escutar e ler essa frase repetidas vezes, como protesto pela morte da Marielle Franco. Ao resgatar esse episódio triste, volto no primeiro parágrafo dessas considerações finais e leio algumas linhas que se pretendiam leves, poéticas e com certa diversão. Antíteses que se complementam e refletem essa escrita-vida.

Ao longo deste texto, compreendemos que os passos das mulheres negras vêm de longe, estendendo-se em seguida a uma série de organizações de resistência à escravidão, e, na atualidade, para variados movimentos. Com isso, foi apresentado uma linha do tempo da trajetória de luta e organização das mulheres no passado, articulada com a luta das mulheres no presente.

Identifiquei que as formas organizativas das mulheres têm também como proposta recontar histórias e inserir outras versões sobre o protagonismo, liderança, sexualidade e autonomia das mulheres negras. Oferecer outras referências identitárias, contribui para desconstruir os estigmas sobre as mulheres negras e lésbicas e contestar mitos históricos que privilegiam certas pessoas em detrimento de outras.

Recorri, para entender a lógica de poder estruturada pelo colonialismo, fundamentalmente às contribuições das concepções feministas latino-americanas, negras e lésbicas. Perspectivas que têm similaridades no que diz respeito à importância de desconstruir a categoria de uma mulher universal, para pensar como os diversos marcadores sociais (racismo, sexismo, classismo, heterossexismo e colonialidade) interagem e se integram nas experiências das diferentes mulheres, produzindo necessidades distintas. Contudo, um campo de disputa dentro da militância é apresentado quando a proposta de intersecção desses marcadores sociais é fragmentada e hierarquizada, causando tensões e enfraquecendo autênticos debates e reflexões para a transformação e emancipação das mulheres.

Diante desse cenário que historicamente foi estabelecido, cuja desumanização e inferiorização das mulheres negras e lésbicas foi apoiada nas diferenças da natureza para justificar as desigualdades e legitimar as violências, pode-se dizer que as mulheres, ao tecerem outras narrativas, para que através desse corpo-palavra construam possibilidades de cura, outras possibilidades de ser e de romper com o silêncio, elas não só resistem, mas (re) existem por meio de outros espelhos descolonizadores do discurso e da subjetividade.

Em um encontro com a Luana Bayo, uma mulher negra, cantora da zona sul, conversamos sobre a pergunta: “O que eu seria se eu não fosse essa dor?”. É esse um dos questionamentos que a experiência desse texto pode nos trazer. O que poderíamos ser se não fôssemos só essa dor? O que podemos ser para fora das categorias desumanizadoras que tentam aprisionar e essencializar nossas identidades? E o que

podemos ser, além da coletividade como mulheres negras e lésbicas negras, ainda que esse posicionamento seja importante?

Isso me permitiu entender que é necessário reformar os modelos e referências para tentar nos construir fora de categorias negativas, fixas e homogêneas que foram atribuídas historicamente para nós. Por outro lado, também é fundamental refletir sobre a multiplicidade das nossas identidades e experiências para se afastar da falsa ideia de que somos todas iguais, ainda que em um grupo de mulheres negras e lésbicas negras. Isto é, ainda que pareça óbvio, é indispensável se aproximar, de fato, do diálogo e prática para que os diferentes corpos, vivências e perspectivas é que construam esse corpo coletivo.

Em um cenário que constantemente tenta nos enterrar, ainda somos capazes de ser sementes: causamos, produzimos, provocamos, brotamos, nascemos (e renascemos) e, sim, grelamos!

Referências

- AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Estudos Feministas**, v. 2, n.especial, p. 203-216, 2. sem. 1994.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**. v. 3, n.2 458-463, 1995.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.
- CARDOSO, Cláudia P. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 383 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. *Online*, mar/2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>> acesso em jan. 2017.
- COLLINS, Hill Patrícia. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **PARÁGRAFO**. JAN/JUN. V.5, N.1. 2017.
- CORREIA, Ana Paula Santana. **Mulheres da periferia em movimento: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo**. 204 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2015.

- CLARKE, Cheryl. El lesbianismo: Un acto de resistência. In: MORAGA, Cherríe; CASTILLO, Ana (Ed.) **Esta puente mi espalda: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos**. San Francisco: Ism Press, 1988, p. 99-107.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GONÇALVES, Juliana. **De Ivone Lara à Fabiana Cozza: Colorismo, uma conversa necessária**. *online*, jun/2018. disponível em: <<http://nosmulheresdaperiferia.com.br/nossas-vozes/de-ivone-lara-a-fabiana-cozza-colorismo-uma-conversa-necessaria/>> acesso em: jun., 2018.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988b.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro**, IPHAN, 1996, p. 68-75
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, p. 7-32, 1993.
- JABARDO, Mercedes. **Feminismos negros. Una antologia**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012.
- LORDE, Audre. **Não há hierarquia de opressão**. *Online*, [2009] 2016. Disponível em: <<http://www.palavraemeia.com/traducoes-livres/nao-ha-hierarquia-de-opressao/>> Acesso em: ago. 2017.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, Colombia, n. 9, p. 73-101, jul/dic. 2008.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, n.3, p. 935-952, set./dez./2014.
- MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2016.
- NASCIMENTO DOS SANTOS, Tatiana. **da palavra queerlombo ao cuierlombo da palavra**. *online*, mar/2018. disponível em: <https://palavrapreta.wordpress.com/2018/03/12/cuierlombismo/> acesso em: maio, 2018.
- NASCIMENTO DOS SANTOS, Tatiana. **Letramento e tradução no espelho de Oxum: teoria lésbica negra em auto/re/conhecimentos**. 185 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2014.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**. v. 19, n. 1. 287-308. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12545/14322>> Acesso em: 6 jun. 2016.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais; perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2022.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 987-1004, set/dez. 2008.
- SARTI, Cynthia, A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.2, p.35-50, maio/ago. 2004.
- SILVA, Zuleide P. **“Sapatão Não É Bagunça”: Estudo Das Organizações Lésbicas Da Bahia**. 382 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC), Salvador, 2016.
- TELES, Maria Amélia. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2017.
- THOMSON, Alistair. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 65-73.

WERNECK, Jurema. De ialodês y feministas: reflexiones sobre el acción de las mujeres negras en América Latina y el Caribe. In: CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules; MASSON, Sabine (Org.). **Nouvelles Questions Féministes**. Feminismos disidentes en América Latina y el Caribe, v. 24, n. 2, Edición especial en castellano, fem-e-libros, 2005, p. 27-40.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v.1, n.1, p.8-17 mar/jun.2010.Disponível:<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/303/281>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

“Our steps come from far away”: Feminist journeys of black and lesbian women

Abstract: I present in a not so linear way, but articulated with the field of research, the organizational forms of black and lesbian women in the past and their perspective of updating in the present. I propose, through field reports and theoretical references, understandings and disputes based on intersectionality, a term that crosses this discussion and that allows dealing with the different results of the articulation of social markers of gender, class, race and sexuality, in order to deconstruct the category of an universal woman. I observe that the actions undertaken by women expand the identity possibilities and offer possible ways of breaking with the discrimination, stigma and submission that were attributed by coloniality.

Keywords: lesbians, blacks, intersectionality, oppression, social markers.

Recebido: 12/11/2022

Aceito: 03/02/2023